



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Secretaria pede mais prazo

**Aulas. Pasta da Educação fixa prazo de
mais 48 horas para a contratação de
professores**

(Notícias do Dia, cidade, p. 7)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site

www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 23/2/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 23/02/2011
Assunto: Secretaria pede mais prazo		Página: 7

Secretaria pede mais prazo

Aulas. Pasta da Educação fixa prazo de mais 48 horas para a contratação de professores

ANITA MARTINS
anita@noticiasdodia.com.br
@anita_ND

FLORIANÓPOLIS — O problema da falta de professores nas escolas estaduais de Santa Catarina ainda não foi completamente solucionado, apesar de a SEE (Secretaria Estadual de Educação) ter prometido resolvê-lo até a última segunda-feira. Para cobrir as vagas temporárias que estão em aberto, continuam sendo chamando docentes que fizeram uma prova em outubro do ano passado. Como os últimos aprovados estão sendo chamados, agora também está sendo feita a convocação de profissionais que não participaram da seleção. Segundo a Secretaria Estadual de Educação, todas as vagas estarão preenchidas no prazo de 48 horas.

Na Grande Florianópolis, esse tipo de chamada está ocorrendo nas áreas de física, química, matemática, geografia, sociologia, inglês, ensino religioso, interpretação de libras (linguagem

de sinais) e segundo professor (destinado à educação especial). Em toda a cidade, 80 vagas ainda precisam ser preenchidas. A expectativa é que isso aconteça até hoje, de acordo com a supervisora de Desenvolvimento Humano da Gerência Regional de Educação da Secretaria, Áurea Cardoso.

A diretora de Desenvolvimento Humano da SEE, Elizete Melo, garante que a partir de agora, haverá apenas problemas pontuais de professores que pedirem licença-médica ou exoneração. “Mas em até 48 horas sempre teremos um substituto dentro da sala”, promete.

O Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) informou que entregou um abaixo-assinado para a secretaria pedindo a realização de um concurso público este ano para minimizar a dificuldade em 2012.

Próximo do ideal.

Segundo a SEE, a partir de agora apenas problemas pontuais como licenças de saúde ou pedidos de exoneração é que deixarão os alunos sem ter aulas

Alívio em mais duas escolas da Capital

A solução parcial da questão já está se refletindo nos colégios. Na escola Padre Anchieta, na Agrônômica, onde a situação era tão crítica que 250 alunos 1º a 5º ano chegaram a ficar sem aulas, o quadro de docentes dessas séries está completa. Profissionais para lecionar filosofia, sociologia e geografia ainda estão sendo esperados. Na escola Lauro Müller, no

Centro, faltam professores de português e inglês, à tarde e à noite. No começo do ano letivo, alunos do 6º ano em diante tiveram suas aulas antecipadas e passaram a ser liberados mais cedo por causa da carência de profissionais. “Agora, está tudo bem tranquilo. Só estamos aguardando também a chegada de dois técnico-pedagógicos e uma secretária”, conta a assistente de direção Márcia Raquel Martins.

Lauro Müller. Alunos ainda estão sem professores de português e inglês nos períodos da tarde e noite



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN Jaraguá	Data: 23/02/2011
Assunto: Um apagão na educação		Página: 4

ESCOLA LAURO ZIMMERMANN

Novela segue sem definição

Destino dos 572 alunos que estão sem aula pode ser definido amanhã

O telefone toca na mesa de acesso a sala da direção da Escola Estadual Lauro Zimmermann, no Centro de Guaramirim, e a assessora da diretoria, Lisiane Soares, passa explicações para mais uma mãe que liga para saber quando as aulas do filho irão começar. “Devemos ter uma resposta ainda hoje (ontem) da gerência regional de Educação. Ligue amanhã (hoje) para saber quando as aulas se iniciam. Será preciso um novo lugar para atender aos alunos. Não temos uma data certa porque teremos de fazer as mudanças”, orienta Lisiane ao telefone.

Desde a semana passada, Lisiane dá explicações aos pais sobre a situação dos cerca de 572 alunos de 20 turmas dos ensinos médio e fundamental que ainda aguardam o começo do ano letivo. “Ficamos em uma situação chata com os pais, mas temos de esperar um novo local para oferecer aulas aos estudantes”, completa Lisiane. A escola foi interditada pela Vigilância Sanitária e bombeiros dia 9.

A resposta que os pais destes 572 estudantes esperam deveria ter sido divulgada ontem, mas não foi. A gerente regional de Educação, Deni Rateke, o secretário de desenvolvimento regional, Lio Tironi, e o promotor Belmiro Hanisch Júnior estiveram reunidos ontem para definir uma solução para os alunos sem aulas, mas não foi decidido nada. “Na quinta-feira à tarde, teremos o último encontro com o promotor para definir a situação. Apresentamos uma alternativa para atender aos alunos e o promotor ficou de analisar. Acredito que tudo será resolvido”, disse Deni, que se recusou a dar detalhes da proposta do Estado para atender os alunos.

A unidade tem 934 estudantes. Na semana passada, 52 alunos de duas turmas de quinta série e uma de terceira série foram transferidos para a Escola Estadual Alfredo Zimmermann, e os 310 do ensino médio que estudam à noite foram acomodados na Escola Estadual Almirante Tamandaré. As duas estão localizadas na região central de Guaramirim.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN, jaraguá	Data: 23/02/2011
Assunto: Famílias estão preocupadas com atraso		Página: 4

ESCOLA LAURO ZIMMERMANN

Famílias estão preocupadas com atraso

A situação da Escola Estadual Lauro Zimmermann deixa algumas mães que não viram os filhos começarem os estudos em 2011 preocupadas. No bairro Vila Freitas, a dona de casa Rosa Formigari, 38, e a cozinheira Fátima Uller, 29, querem uma decisão urgente para ver os filhos Carlos Henrique Formigari, 11, e Stefanmi Uller, 13, darem continuidade aos estudos. Ontem, Fátima foi até a escola para saber se havia alguma solução para o problema da falta de local para acomodar os alunos.

A assessora Lisiane Soares informou que a solução só será apresentada hoje. Desanimada, desabafou. “Tem um monte de alunos sem estudar até agora. Quero ver quando eles voltarem às aulas, se haverá recuperação desses dias perdidos. O pior de tudo é que eles vão ter de deixar o sábado livre para ir ao colégio por causa dessa falta de respeito com os pais e estudantes. É lamentável”, opinou.

A filha, Stefani, da sétima série, não aguenta mais ficar em casa. Disse que quase preencheu um dos cadernos recém-comprados para o ano letivo porque está ansiosa de voltar à sala de aula. “Eu gosto de estudar”, comentou. Rosa Formigari liga quase todo o dia para a Lauro Zimmermann para saber novidades do início do ano letivo. Ontem, ele fez a mesma coisa e ouviu a orientação de que hoje haveria alguma solução. “Não entendo por que esperaram tanto tempo para resolver o problema da escola. Tinha que ter essa confusão bem no começo do ano?”, questiona. A Gerência Regional de Ensino ainda não definiu como será feita a recuperação das aulas.

SAIBA MAIS

O governo do Estado tem projeto pronto de R\$ 4,5 milhões para a reconstrução da escola. A obra ainda não tem previsão para começar porque as licitações estão suspensas até abril por ordem do governador Raimundo Colombo.




CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Polícia	Data: 23/2/10
Assunto: Bomba – Foi só barulho		Página: 29

BOMBA

Foi só barulho



Um telefonema anônimo para a Secretaria de Estado de Educação informando sobre bombas no quinto e 11º andar do prédio situado no Centro de Florianópolis não passava de trote. O comandante da operação de varredura, capitão Daniel Nunes, afirmou que nada foi encontrado. Ele suspeita que o cancelamento de um pregão eletrônico tenha motivado a ligação. Declarou que será identificado o número onde a chamada foi feita e que o responsável cometeu a contravenção de perturbação do trabalho alheio. Os cerca de 600 funcionários deixaram o prédio, mas antes das 16h estavam autorizados a voltar. Muitos subiram apenas para pegar as bolsas. Para eles, o expediente estava encerrado.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN.política	Data: 23/02/2011
Assunto: Bielecki em Mafra e mais 6 anunciados		Página: 16

SDRS

Bielecki em Mafra e mais 6 anunciados

Wellington Bielecki (DEM) foi anunciado ontem pelo governador Raimundo Colombo (DEM) como o novo titular da SDR de Mafra. “É uma vitória para o DEM, que pela primeira vez assume a secretaria”, disse.

Ainda ontem, pelo Twitter, foram anunciados os nomes dos outros seis secretários regionais. Renato Hinnig (PMDB) foi confirmado para a SDR da Grande Florianópolis. Em Blumenau, assume César Botelho (PMDB). Em Campos Novos, Alcides Mantovani (PMDB). Em Concórdia, Paulo Pastore (PMDB). Em Itapiranga, Milton Hann (PMDB). E em Dionísio Cerqueira, Flávio Berté (PSDB).

Somadas às indicações de segunda-feira e de ontem, foram 13 nomes, que devem ser publicados no “Diário Oficial” de hoje. Das 36 secretarias regionais, 23 ainda não foram anunciadas oficialmente. Já há consenso para 11 delas e 12 estão sendo disputadas. O secretário Antônio Ceron (Casa Civil) que quer se reunir com aliados amanhã para discutir as 12 pastas que ainda geram conflitos.

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN.estado	Data: 23/02/2011
Assunto: Ameaça de bomba		Página: 11

AMEAÇA DE BOMBA
AMEAÇA DE BOMBA

O prédio da Secretaria de Estado da Educação, no Centro da Capital, foi evacuado ontem à tarde por causa de uma ameaça de bomba. Policiais revistaram o local e não encontraram nada.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 23/02/2011
Assunto: Um apagão na educação		Página: 28

OPINIÃO

Um apagão na educação

Pelo menos dois grandes apagões aconteceram no solo verde-amarelo em menos de um ano e meio: um em novembro de 2009 e o outro no início deste fevereiro, totalizando 15 meses de intervalo. O primeiro atingiu um total de 18 Estados. O segundo bem menos – apenas oito. Apenas.

Dá até para imaginar as danosas consequências à sociedade: pessoas presas em elevadores – gerando pânico. Vagões dos metrô parados – perfazendo confusão. Hospitais às escuras – travando os procedimentos cirúrgicos e colocando a vida de pacientes ao deus-dará. Nas fábricas e no comércio, as poucas horas que um blecaute dura podem ser suficientes para promover prejuízos de dezenas, centenas, milhares ou milhões de reais aos cofres. E na carona do problema estão, também, os baderneiros que se aproveitam da situação para infernizar, saqueando lojas, assaltando, roubando e tocando o terror na população.

Às vezes, os blecautes acontecem por acaso. Ou por falha humana, por intempéries ou pela falta da previsão. Outras vezes, são previsíveis. Tais períodos às escuras são passageiros. Basta encontrar as falhas e se reiniciam as máquinas. A vida volta ao normal como num piscar de olhos.

Mas há um que se avizinha e que prejudicará toda a sociedade, com um longo caminho a ser percorrido antes que se possa consertá-lo: é o “apagão na educação”. Existe uma previsão de apagão na educação, pela falta de professores no mercado de trabalho. Há uma nítida falta de interessados, entenda-se aqui vestibulandos, para ingresso às licenciaturas. Hoje em dia, sobram vagas nas instituições de ensino para praticamente todos os cursos de licenciatura. As pessoas não se interessam mais em estudar longos anos para depois enfrentar salas de aulas apinhadas de alunos, recebendo baixos salários e, ainda por cima, ouvindo desaforos de alunos mal-educados.

Atualmente, é mais fácil trabalhar na produção de uma fábrica e ao final do expediente ir para casa do que passar os fins de semana corrigindo trabalhos e provas. Cursos como história, geografia, as ciências exatas, a física, a matemática e a nossa própria língua materna, a língua portuguesa, não são mais atrativos.

Existe uma iminente necessidade de incentivo àqueles que pretendem se dedicar à educação acadêmica da população. O “blecaute de professores” está sendo esperado e não tardará a chegar. E no dia em que isto acontecer, hospitais, fábricas, indústrias e o comércio pararão. Aí não basta apertar um botão, como num passe de mágica, para que tudo volte ao normal. O tempo de espera para a normalidade será maior e mais desastroso do que os dois blecautes noturnos que abriram nosso debate. Aí, então, salve-se quem puder.

alfredopenz@yahoo.com.br

Clipping

CNTE

Educação superior, banda larga de acesso (Tendências/Debates) (Artigo)

✧ Data: 23/02/2011
✧ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
✧ Editoria: OPINIÃO
✧ Jornalista(s): Fernando Haddad
✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
 ENSINO SUPERIOR
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Fernando Haddad

As recentes conquistas não podem nos fazer esquecer dos avanços da educação superior, essenciais para a manutenção do ciclo virtuoso que vivemos

Na última década, o Brasil foi, segundo o Banco Mundial, o país que mais avançou em aumento de escolaridade e, segundo dados da OCDE, o terceiro país que mais evoluiu em qualidade da educação básica.

Superamos a China, no primeiro caso, e ficamos atrás apenas de Chile e Luxemburgo, no segundo. Fruto de investimentos recordes em educação básica, essas conquistas não podem nos fazer esquecer dos avanços da educação superior, essenciais para a manutenção e desenvolvimento desse ciclo virtuoso.

1. Reuni: a expansão e interiorização das universidades federais dobrou o número de ingressantes entre 2003 e 2010, levando educação superior pública de qualidade para 126 cidades do interior do país.

O artigo da Constituição de 1988 (suprimido em 1996) que determinava a interiorização da oferta foi recuperado em sua essência, bem como a estratégia de transformar a educação superior num dos eixos de reordenação do território.

2. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs): foram criados 38 IFs a partir de 140 unidades federais de educação profissional preexistentes (1909-2002) e a entrega de 214 novas (2003-2010), com projeto pedagógico inovador, que alia a oferta de ensino médio integrado a educação profissional, licenciaturas nas áreas de matemática e ciências da natureza e cursos superiores de tecnologia, firmando para estes padrão nacional de excelência acadêmica.

3. Universidade Aberta do Brasil: foram instalados 587 polos de apoio presencial para ensino à distância público de qualidade, sobretudo em cidades que não comportam um campus universitário, criando padrão de excelência nessa outra fronteira de expansão, com foco na formação de professores.

4. ProUni: foi regulamentado o artigo da Constituição que previa isenção fiscal para entidades que atuavam na educação superior, possibilitando o ingresso em cursos superiores pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de mais de 800 mil jovens da escola pública.

5. Novo Fies: as regras de financiamento estudantil foram radicalmente alteradas, com redução dos juros, aumento do prazo de carência e amortização, dispensa de fiador e perdão da dívida para professores da escola pública e médicos do SUS à razão de 1% por mês de exercício profissional.



6. Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior): a expansão da educação superior se dá agora pela observância de rígidos critérios de qualidade. As instituições ganham ou perdem autonomia de acordo com indicadores objetivos do Sinaes, podendo inclusive ser descredenciadas ou mesmo ter seus processos seletivos suspensos.

7. Novo Enem: a reformulação do exame segue seu caminho, possibilitando que instituições de ensino superior substituam seu anacrônico vestibular por um instrumento contemporâneo semelhante ao utilizado pelos mais modernos sistemas de ensino do mundo.

Dentre outras possibilidades, o novo Enem permite que, com seu boletim, o estudante possa, conhecendo previamente seu desempenho e a média do desempenho dos demais, escolher o curso e a instituição em que pretende estudar.

Todos esses projetos, pela escala monumental, enfrentam algumas dificuldades. Mas o resultado é que, em dez anos, a matrícula no ensino superior teve aumento de 151% e o número de formandos cresceu 195%! Com o aperfeiçoamento desses instrumentos, podemos criar na próxima década uma verdadeira banda larga de acesso à educação superior.

*Fernando Haddad, 48, advogado, mestre em economia, doutor em filosofia, é ministro da Educação.

Clipping

CNTE

MEC vai referendar alta de 15,8% no piso nacional dos professores

✦ Data: 23/02/2011
✦ Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
✦ Editoria: BRASIL
✦ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O piso salarial dos professores da rede pública de todo o país será de R\$ 1.187,97 em 2011. O valor representa alta de 15,84% sobre os R\$ 1.024,67 adotados no ano passado. O reajuste será referendado pelo Ministério da Educação (MEC) em documento que será publicado amanhã como forma de orientar Estados e municípios. Além disso, o ministro Fernando Haddad revelou que também divulgará instrução que flexibiliza critérios para a liberação de recursos federais a cidades sem capacidade de caixa para cumprir a lei do piso. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) estima que cerca de 500 municípios brasileiros terão problemas para cobrir o aumento - a regra contempla docentes com nível médio em jornadas de trabalho semanais de 40 horas.

Em conformidade com a lei do piso nacional do magistério - Lei 11.738, de 2008 -, o reajuste de 15,84% segue a variação, no período anterior, do custo anual mínimo por estudante, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Apesar desse valor já ser conhecido desde dezembro de 2010, ainda há dúvidas sobre o percentual de aumento do piso e quando deve ser concedido.

Na opinião de especialistas em políticas educacionais, falhas na formulação da lei e ações na Justiça, somadas à revisão para baixo das receitas tributárias de Estados e municípios em 2009, causaram confusão sobre a interpretação da legislação, mesmo depois de três anos de sua entrada em vigor.

"Vamos fazer como no ano passado, divulgar uma nota sobre as regras de cálculo do piso, em resposta a consultas de entidades educacionais e governos. Como a lei não estabelece que o MEC decreta o aumento, nós respondemos às demandas e isso passa a ser referência", explica o ministro da Educação. Haddad lembra que um projeto de lei do Poder Executivo, que altera a lei do piso, está em tramitação na Câmara dos Deputados e dará ao MEC a competência de decidir anualmente o valor do piso e mudar a vigência do reajuste, de janeiro para maio.

O assessor de financiamento educacional da Undime Luiz Araújo, ex-presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), acrescenta que o projeto de lei prevê que a atualização do piso não poderá ser inferior à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior à previsão do reajuste. "Se o custo mínimo por aluno do Fundeb for baixo, os trabalhadores terão pelo menos reposição da inflação."

Apesar de considerar a lei do piso um avanço, Araújo diz que as regras apresentam "vazios legislativos" importantes. "Como fazem uma lei sem indicar quem decreta o reajuste? Além disso, a lei do piso não segue uma das metas do Plano Nacional de Educação, a de garantir reajustes ao magistério de modo a equiparar o ganho dos professores à referência salarial de outras categorias do serviço público, de acordo com a escolaridade."

Junto com a divulgação do novo piso dos professores, o MEC vai anunciar a flexibilização dos repasses federais a municípios que não dão conta de cumprir a lei do piso. O secretário

estadual de Educação de Sergipe, Belivaldo Chagas, disse que, dos 75 municípios do Estado, apenas 5 podem pagar o piso. "Para ter acesso aos recursos da complementação do Fundeb, o MEC exigia dos municípios gastos de 30% com educação, enquanto a Constituição exige 25%", ilustra Chagas.

Haddad disse ao Valor que esse e outros critérios foram amenizados para que os municípios mais pobres tenham acesso à verba de cerca de R\$ 1 bilhão, da complementação da União para garantir o pagamento de salários do magistério.

Clipping

CNTE

A educação nas eleições 2010

✧ Data: 23/02/2011
✧ Veículo: DESTAK - DF
✧ Editoria: SEU DESTAK
✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
 ENSINO SUPERIOR
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Há um mês a nova presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Malvina Tania Tuttman, tomava posse afirmando que o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) era sua prioridade. Na época, as falhas no Enem, assim como no sistema de seleção para universidades públicas com base nas notas obtidas pelos alunos no exame, tinham espaço de destaque no noticiário e inclusive contribuíram decisivamente para a troca de comando no órgão. De lá para cá, porém, nem o Inep e nem o Ministério da Educação, ao qual o instituto está vinculado, anunciaram quaisquer medidas práticas para aperfeiçoar o Enem.

Nas entrevistas que concedeu depois de assumir a presidência do Inep, Malvina Tuttman apresentou algumas propostas para o Enem, entre elas, principalmente a aplicação do exame mais de uma vez por ano. Posicionou-se contrária à criação de um novo órgão (ou estatal, como chegou a se cogitar) para realizar o exame, defendendo sua manutenção no próprio Inep, sem levar em conta que a vocação do instituto é o da pesquisa, como seu nome sugere.

Acima de tudo, prometeu para breve um projeto pedagógico e operacional para o Enem: "Nós estamos fazendo um plano, um projeto do Enem a curto, médio e longo prazo. O ministro [Fernando Haddad] dará essa resposta daqui a pouco tempo, mas nós estamos fechando uma proposta", afirmou, na época.

É natural que o Enem tenha perdido espaço no noticiário, pois, em princípio, a próxima prova só deve ocorrer no final do ano. O que não se pode aceitar é que o governo aproveite esse refluxo para manter um silêncio conveniente. Ainda que possa estar debatendo o tema dentro dos gabinetes, o MEC deveria vir a público apresentar suas propostas para discussão com a sociedade. Parece óbvio que, quanto mais o tempo passa, encurta-se a margem para mudanças.

Quem certamente não esqueceu o exame foram os milhões de estudantes em todo o país que se preparam para o Enem na expectativa de conseguir, com uma boa nota, ingressar em uma universidade pública ou obter uma bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni). Nunca é demais repetir: é preciso criar um sistema que esteja à altura da importância do Enem para os estudantes. Ainda estamos bem longe disso e, tudo indica, ainda não temos um bom plano de ação.

Clipping

CNTE

Estudantes têm até amanhã para se inscrever na segunda etapa do ProUni

✦ Data: 23/02/2011
✦ Veículo: AGÊNCIA BRASIL
✦ Editoria: NOTÍCIAS
✦ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
 ENSINO SUPERIOR
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Amanda Cieglinski

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Estudantes interessados em participar da segunda etapa de inscrições do Programa Universidade para Todos (ProUni) devem se inscrever até esta quinta-feira (24). Para receber uma bolsa do programa, é preciso ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou estabelecimento privado com bolsa integral. É necessário ainda ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010, atingido o mínimo de 400 pontos na média das cinco provas e não ter tirado zero na redação.

Podem participar da segunda etapa de inscrições candidatos que não participaram ou não foram aprovados no primeiro processo seletivo. Quem já conseguiu o benefício não pode se inscrever novamente na disputa.

As bolsas integrais são destinadas aos alunos com renda familiar mensal per capita (por membro da família) de até 1,5 salário mínimo. As parciais, que custeiam 50% da mensalidade, são para os candidatos cuja renda familiar mensal per capita não passe de três salários mínimos.

Para o primeiro semestre de 2011, o Ministério da Educação (MEC) ofereceu 123 mil bolsas, mas não há informações sobre quantas já foram preenchidas na primeira etapa de inscrições.

A lista dos candidatos pré-selecionados será divulgada no domingo (27). Os aprovados devem comparecer até 4 de março às instituições para comprovar as informações e apresentar os documentos necessários. Há previsão de uma segunda chamada no dia 13 de março, caso ainda haja bolsas disponíveis.

Edição: Graça Adjuto

Precisamos adequá-lo a essa nova realidade, no sentido de aperfeiçoar os eventuais equívocos que ele possa ter. Tudo será analisado. Muita coisa mudou desde que ele foi atualizado pela última vez, em novembro de 2009. Estamos construindo o exame com erros e acertos.

O que precisa ser discutido imediatamente?

Temos muitas instâncias internas pensando e participando do exame. Queremos diminuir essa burocracia e dar uma resposta mais rápida aos bacharéis. E a qualidade das provas tem sido melhoradas, até para fazer frente a este anseio dos candidatos em se tornarem advogados.

Falando nisso, havia conteúdo de direitos humanos na última prova objetiva?

Sim. Caiu tortura, direito moral, da criança e do adolescente, por exemplo. E aí recebemos críticas por tornar a prova mais interdisciplinar. Os direitos humanos estão presentes em todos os ramos do direito. Seria imoral dar pontos para questões que não foram respondidas. Querer atribuir pontos aos candidatos por causa de uma suposta ausência de conteúdo de direitos humanos, quando as demais questões também estão dentro do programa, é incorrer numa situação de querer ganhar no tapetão. Todos têm de entrar pela porta da frente.

E se, de alguma maneira, for constatado que os direitos humanos não estavam contemplados pela prova?

Qual foi o prejuízo que esses alunos tiveram? Estudar não é perda de tempo.

Há uma crise na OAB por causa dos sucessivos problemas no exame?

Não há crise alguma. O exame funciona independente de pessoas e estamos aperfeiçoando os mecanismos para poder responder à altura as expectativas e a responsabilidade que o exame agora requer.

Clipping

CNTE

MEc negocia verba extra para que piso salarial do professor seja respeitado

✧ Data: 23/02/2011
✧ Veículo: BRASIL ECONÔMICO
✧ Editoria: BRASIL
✧ Jornalista(s): Regiane de Oliveira
✧ Assunto principal: CNTE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Municípios e estados alegam falta de recursos para cumprir lei que fixa salário para categoria.

Prestes a completar três anos, a Lei 11.738 de julho de 2008, que determinou a criação do piso salarial nacional para os professores da rede pública da educação básica, ainda está longe de se tornar realidade. Apesar de não existirem pesquisas oficiais sobre o assunto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (**CNTE**) garante que nenhum estado ou município cumpre a lei. Os motivos são muitos e vão desde a falta de recursos à alegação de inconstitucionalidade da legislação.

Para fazer valer o piso, ao menos uma desculpa está sendo combatida pelo governo federal: a falta de recursos dos municípios. O ministro da educação, Fernando Haddad, se encontrou ontem com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a **CNTE** para discutir formas de facilitar o repasse de recursos para municípios que alegam não ter como pagar o piso sem ferir a lei de responsabilidade fiscal - que determina que não se pode gastar mais de 54% coma folha de pagamento.

Nos próximos dias, uma portaria definindo normas claras sobre o repasse será publicada. "A reunião foi muito produtiva, fizemos um acordo que vai facilitar o acesso dos municípios aos recursos do governo federal", disse Carlos Eduardo Sanches, presidente da Undime, que está ciente de que a liberação verba não é suficiente para garantir o cumprimento da lei. "Muitos municípios tentaram obter os recursos antes, mas não conseguiram se adaptar à exigências como a que exige a implantação de um plano de carreira para os professores, o que é previsto em lei", explica Sanches.

A expectativa de Sanches é que definido o repasse de recursos, as prefeituras comecem a se movimentar para atender à lei e com isso seja possível fazer um levantamento dos que conseguem cumpri-la ou não.

Por enquanto, segundo Roberto Leão, presidente do **CNTE**, não há incentivo para que estados e municípios se preocupem com o tema. "Eles não pagam porque a lei do piso está sub judice no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2008."

A Lei 11.738 foi contestada por cinco estados - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Ceará - e uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) tramita no STF. O parecer preliminar do ministro é de que o piso deveria ser instituído pela lei e passaria a valer a partir de janeiro de 2009, até que fosse julgado. O STF informa que ainda não há prazo para o julgamento. "Isto mostra que o discurso de que a educação é prioridade não vale para o Brasil", diz Leão.

E esta não é a única questão relativa ao piso que aguarda votação. Está na câmara um projeto de lei que muda a forma de remuneração do piso, uma vez que, desde que foi lançado,

não existe consenso sobre o valor de correção. "Vários projetos sobre educação foram votados de forma emergencial no final do ano passado, mas este ficou de lado", lembra Leão. "Será que alguém acha que pagar R\$ 1,5mil para um professor é um valor tão alto assim?"

AS POLÊMICAS PARA DEFINIÇÃO DO PISO

Valor da remuneração não é consenso

A confederação dos professores defende que o piso seja reajustado para R\$ 1.597,00 neste ano. O valor é baseado no aumento anual mínimo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica que foi de 21,71% em 2010. Em 2008, o piso definido pelo governo era de R\$ 950. Hoje, a Undime defende R\$ 1.312,85.

Horário dedicado a atividades extras

Pela nova proposta, o professor com jornada de 40 horas cumprirá 27 horas em sala de aula e treze em atividades extra classe. Em São Paulo, por exemplo, cujo piso é superior ao da lei federal (R\$ 1.844,15), para se cumprir a nova jornada é necessário a contratação de mais 60 mil profissionais, segundo levantamento da Apeoesp.

Cinco estados contestam a constitucionalidade da lei que fixa o piso para o salário dos professores. O processo tramita no STF desde 2008 e não tem data para ser analisado



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 23/2/10
Assunto: Enciclopédia Britânica oferece conteúdo ao ensino fundamental		Página: Online

Enciclopédia Britânica oferece conteúdo ao ensino fundamental

Estudantes do ensino fundamental, matriculados em escolas públicas de todo o país, podem acessar o conteúdo da Britannica Escola Online, ferramenta desenvolvida pela Enciclopédia Britannica, empresa que criou a mais antiga enciclopédia ainda publicada. A ferramenta, que reúne verbetes da enciclopédia, dicionário e atividades de ensino, está disponível no Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O conteúdo pode ser acessado em computadores localizados nas dependências das escolas públicas. Mais de 27 milhões de alunos poderão utilizar os recursos do portal, conforme dados do Censo Escolar 2010, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Ao acessar a interface da Britannica Escola Online, alunos e professores poderão utilizar durante o processo de aprendizado ferramentas de ensino e recursos multimídia disponíveis no Portal, como artigos de enciclopédia, imagens e vídeos, um atlas do mundo que incorpora a tecnologia do Google Maps, biografias, notícias diárias voltadas para as crianças, recursos interativos de geografia, jogos interativos, entre outros.

Os professores podem criar planos de aula de forma eficiente e eficaz pela utilização da busca por assunto. Também terão acesso aos recursos do Portal do Professor. “Já os alunos deverão ser capazes de pesquisar de forma mais eficaz e aprimorar as habilidades adquiridas em sala de aula”, explica Adriana Rodrigues, gerente de desenvolvimento de negócios da Encyclopædia Britannica para o Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia.



Educação básica – Com a assinatura da Britannica Escola Online e a oferta do conteúdo a alunos da rede pública, o Portal de Periódicos passa a atuar também no processo de formação e qualificação de professores da educação básica. Essa missão foi assumida pela Capes em 2008. A fundação, que sempre atuou no fomento e avaliação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), passou a atuar também no desenvolvimento de programas e ações voltados à educação presencial e a distância de professores do ensino fundamental e médio.



CLIPPING

Veículo: Jornal O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 22/02/2011
Assunto: Vida/educação		Página: online

Pelo menos 160 mil estudantes fazem cursos tecnológicos considerados ruins

Entre 2003 e 2009, matrículas nessa modalidade de ensino superior - um meio termo entre o bacharelado e o técnico de nível médio - cresceram 324%, mas ainda são poucas as graduações avaliadas; 33% dos cursos tiveram mau desempenho no Enade

22 de fevereiro de 2011 | 0h 00

Lisandra Paraguassu - O Estado de S.Paulo

Entre 2003 e 2009, as matrículas em cursos tecnológicos no Brasil cresceram 324%. A qualidade desses cursos, no entanto, só começou a ser avaliada nos últimos três anos. O retrato levantado não é bom: cerca de 160 mil estudantes estão hoje em um curso superior de qualidade ruim. Mais que isso: até agora, apenas 38% deles passaram por algum tipo de avaliação do Ministério da Educação (MEC).

O avanço dos cursos tecnológicos no Brasil foi vertiginoso. Em 2000 havia apenas 364 cursos registrados. Em 2009, o Censo da Educação Superior registrava 4.449 cursos, um crescimento de 1.122%.

De todos esses cursos, no entanto, apenas 1.723 já passaram por uma avaliação do MEC. Só 1.216 receberam conceitos. Os demais não tiveram graduandos suficientes para fazer o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).

Nos poucos cursos que já foram avaliados, a situação não é boa. Na média dos três anos de Enade, 33% tiveram conceitos de curso inferiores a 1,95 pontos e terão de passar por um processo de supervisão.

Em 2008 e 2007, o resultado da avaliação foi ainda pior: mais de 40% dos cursos tiveram os piores conceitos. Em 2009, esse porcentual caiu para 27%. Mas 2009 também foi o ano em que mais cursos ficaram sem avaliação completa, porque eles não ainda possuíam turmas de formandos.

Nos mesmos três anos de avaliação, outros 40% ficaram com conceitos entre 1,95 e 2,95 pontos - o que significa que têm nota 3 para o MEC e são considerados "regulares", mas não que sejam realmente cursos de qualidade. Vinte e nove cursos ficaram com notas abaixo de 1.

Rapidez. A formação mais rápida e o foco concentrado têm atraído estudantes, apesar de nem todas as vagas oferecidas terem sido preenchidas. Em 2009, ficaram ociosas 42 mil delas em diferentes áreas.

A facilidade de instalação dos cursos - são necessários menos professores e, no caso das universidades e dos centros universitários, é possível usar a estrutura dos cursos de graduação - e a maior rotatividade, por causa de um tempo menor de formação, têm atraído as instituições.



"Não há um incentivo do MEC, mas claramente há um incentivo do mercado para os tecnológicos. O País está crescendo, muitas vezes não há tempo para esperar cinco, seis anos para formar um profissional. O tecnólogo preenche essa lacuna", explica o secretário de Ensino Técnico do ministério, Eliezer Pacheco.

A autorização dos cursos tecnológicos está nas mãos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e não da Secretaria de Ensino Superior, que cuida dos cursos de graduação.

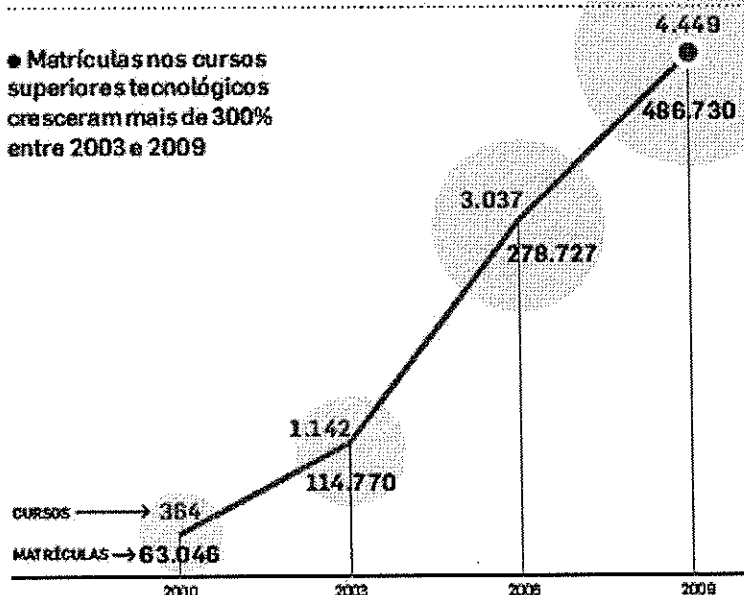
No entanto, Pacheco afirma que o trâmite e as exigências são os mesmos. "A avaliação está sendo feita. A orientação que a gente dá para os alunos é a de que busquem os dados com o MEC e também verifiquem se o curso está regular, se tem infraestrutura."

PARA ENTENDER

Criados no governo Fernando Henrique Cardoso, os cursos tecnológicos são um meio termo entre o bacharelado e o curso técnico de nível médio. São considerados de nível superior, mas em um grau abaixo do bacharelado ou da licenciatura. Normalmente têm duração de três anos e são mais focados em uma determinada área. Por exemplo, em vez da graduação em Administração, um Tecnólogo em Gestão Financeira. Em vez de Engenharia de Alimentos, Tecnologia em Processamento de Açúcar e Alcool.

EM ALTA

● Matrículas nos cursos superiores tecnológicos cresceram mais de 300% entre 2003 e 2009



Total de cursos avaliados pelo MEC*

1.216

Cursos com conceitos abaixo de 1,05 (que passarão por processos de supervisão)



* São os cursos que foram avaliados e receberam conceito por terem um número suficiente de estudantes de primeiro e último anos fazendo a prova. Há cursos que foram avaliados, mas, por não terem graduandos em quantidade suficiente, ainda não receberam um conceito



CLIPPING

Veículo: ultimosegundo/ig/educaçao	Editoria: educação	Data: 23/02/11
Assunto: Alunos terminam ensino médio sem aprender		Página: online

Alunos terminam ensino médio sem aprender

Avaliações mostram que 90% não têm o conhecimento mínimo esperado para a fase. Veja exemplos práticos

Cinthia Rodrigues, iG São Paulo 23/02/2011 07:00

trabalhador deve receber em cada parcela do 13º salário pode parecer uma tarefa trivial após 11 ou, mais recentemente, 12 anos de estudo que levam uma pessoa até o fim do ensino médio. A maioria dos jovens que concluíram essa fase na última década, no entanto, não consegue chegar ao valor correto. O exemplo ajuda a entender uma estatística alarmante sobre o conhecimento dos alunos no terceiro ano do ensino médio. Segundo o Ministério da Educação, apenas 10% dos estudantes adquirem os conteúdos esperados.

Na legislação brasileira, quem é contratado como empregado tem direito a 13º salário proporcional ao número de meses trabalhados no ano e cuja 1ª metade deve ser paga até 30 de novembro. Quanto um trabalhador cujo salário é de R\$ 1.200 e trabalhou oito meses de um ano deverá receber até esta data?

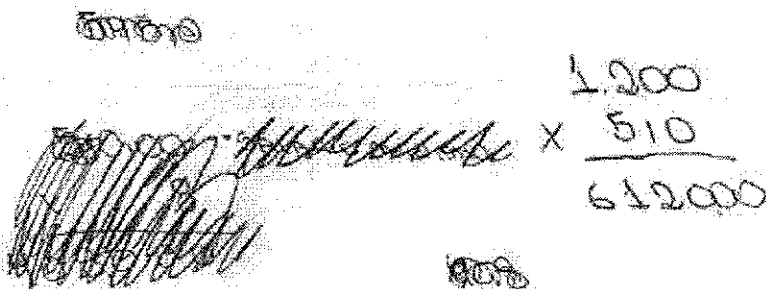


Foto: Reprodução

Tentativa de um aluno do 3º ano de resolver questão de matemática



A terceira reportagem da série especial do iG Educação sobre o ensino médio mostra como os jovens se formam com conhecimentos irrisórios. Nem todos os alunos dessa etapa escolar passam por avaliações do MEC – como ocorre no ensino fundamental – mas os resultados são suficientes para produzir estatísticas assustadoras.

A mais recente delas, do Ibope, mostra que 62% das pessoas com ensino médio não são plenamente alfabetizadas. A expectativa era que, aos 18 anos, e tendo frequentado a escola durante a infância e a adolescência, os jovens soubessem ler e entender textos longos, mas só 38% o fazem.

Leia o restante da série:

- **A pior etapa da educação do Brasil**
- **Ensino médio afasta alunos da escola**
- **Opinião: escola tenta ensinar demais**

Para quem ainda está estudando, o governo aplica, desde 1999, uma prova por amostragem do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em todas as edições, o percentual de alunos do 3º ano do ensino médio que chega à pontuação adequada nas provas de matemática variou entre 9,8% e 12,8%. No último exame, de 2009, foram 11%. “O que preocupa é que não saímos deste patamar, mesmo quando temos uma melhora no fundamental. Quando o jovem vai para o médio, estaciona”, comentou Mozart Neves Ramos, consultor do movimento Todos Pela Educação, em apresentação de números organizados pela ONG a partir da avaliação feita pelo governo.

Considerando apenas os conhecimentos de língua portuguesa, o resultado é menos pior, porém ainda chocante: 28,9% alcançaram a nota mínima no teste de 2009. Os números valem para todos os estudantes, incluída a rede privada. Considerado só o sistema público, o percentual cai para 23,3% em português e 5,8% em matemática. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), a amostra apenas das particulares é pequena para concluir o percentual de estudantes desta rede que aprende o necessário.

Exemplos em São Paulo, Paraná e Maranhão

O Ministério da Educação mantém entre suas publicações a escala do Saeb de língua portuguesa e de matemática com todas as capacidades que são esperadas dos estudantes ao final do ensino médio. Para ilustrar o que os números sobre a aprendizagem apontam, o iG selecionou um item em cada disciplina, buscou exemplos de situações em que eles sejam pedidos e levou um teste a jovens matriculados em escolas em São Paulo, no Paraná e no Maranhão.

Em matemática, o iG sugeriu um problema já usado pelo MEC e uma questão elaborada pelo professor e autor de livros didáticos Luiz Imenes. Ambos avaliam a capacidade de “resolver problemas que envolvam variação proporcional entre três grandezas (regra de três simples)”, o que só 7% conseguem, segundo a estatística do governo.

Em língua portuguesa, foi escolhida uma habilidade que apenas 6% têm: a de distinguir um trecho opinativo entre as informações de um texto. Novamente foi apresentada uma questão usada pelo governo e outra baseada em dois textos do **iG Educação** que tratam do mesmo fato, um informando e outro opinando.



CLIPPING

Veículo: Jornal O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 23/02/2011
Assunto: SP reprova professores que tiveram depressão		Página: online

SP reprova professores que tiveram depressão

Apesar de terem passado em concurso no Estado, eles trabalharão como temporários

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

Professores aprovados no último concurso para a rede estadual de São Paulo estão impedidos de assumir seus cargos por terem tirado, em algum momento de suas carreiras, licenças médicas por motivo de depressão. Por essa razão, devem continuar com contratos temporários. Especialistas afirmam que a decisão é preconceituosa.

Evelson de Freitas/AE-15/2/2011

Decisão contestada. O professor Jair Berce tirou licenças em 2003 e 2004 e, por causa disso, foi reprovado na perícia médica

O Estado conversou com dois professores que passaram por todo o processo do concurso que selecionou docentes para atuar no ciclo 2 do ensino fundamental. O concurso tem diversas etapas: prova inicial, curso de preparação (que dura cerca de quatro meses), prova pós-curso e diversos exames de perícia médica - fase na qual foram "reprovados". Docentes míopes e obesos também foram impedidos de assumir seus cargos nessa mesma seleção.

Jair Berce, de 36 anos, que leciona na rede pública desde 1994 com contrato temporário, é um dos barrados. Ele conta que, na primeira perícia, foi considerado apto. Seu nome foi publicado no Diário Oficial em 8 de janeiro, na lista dos professores nomeados. No entanto, no dia 26, Berce foi convocado para uma nova perícia. O psiquiatra questionou as licenças médicas que ele havia tirado em 2003 (cinco dias afastado) e em 2004 (duas vezes: dez dias e depois duas semanas).

"Eu nem lembrava mais disso, foi há tanto tempo. Tomei fluoxetina (um tipo de antidepressivo) por seis meses. Hoje não tomo mais, estou muito bem. Foi um período difícil na minha vida: minha mãe tinha morrido, minha irmã tinha sofrido um acidente e eu estava terminando minha tese", lembra. Berce é formado em Ciências Sociais pela USP e tem mestrado em Antropologia pela PUC-SP. Ele também leciona na rede municipal de Barueri.

Nessa mesma perícia, Berce passou pelo teste de Rorschach - que consiste em interpretar dez pranchas com imagens formadas por manchas simétricas de tinta. "Depois que soube da reprovação, pedi para ver o prontuário. Nele, havia a seguinte anotação: "visto avaliação psicológica F-32 - sugiro temerário o ingresso" e "não apto", conta. F-32 é o código da Classificação Internacional das Doenças (CID) para depressão.

O professor C.Z., de 34 anos, que, assim como Berce, leciona Sociologia, atua na rede estadual há dez anos e foi vetado no concurso pelo mesmo motivo. No ano passado, ele terminou um casamento de cinco anos e precisou se afastar do trabalho. "Foi um período



difícil, que me consumiu muito e fui orientado a procurar um psiquiatra para tirar uma licença", lembra ele.

Z. ficou um mês fora da sala de aula. "Eu nunca havia tirado licença do trabalho. E nunca tomei remédio", afirma. Segundo ele, na perícia do concurso, o médico marcou "não apto". "Eu vi quando ele escreveu e perguntei o porquê. Ele disse que era por causa da licença. Tentei argumentar e explicar os motivos, mas ele não quis me ouvir."

Os dois professores continuam dando aulas como temporários. "É contraditório: como posso continuar trabalhando se eles me vetaram?", questiona o professor Berce.

Ambos recorreram da decisão e foram convocados para novas perícias, que devem ocorrer nesta semana (mais informações nesta página).

Discriminação. A psiquiatra da Unifesp Mara Fernandes Maranhão afirma que vetar um docente pelo fato de ele ter tido depressão é preconceito. "Toda pessoa está sujeita a passar por situações difíceis", explica. "Aqueles que têm propensão ou componente genético desenvolvem processos depressivos."

Segundo Mara, são poucos os quadros realmente curáveis, já que há grande chance de recorrência. "Mas a doença é tratável e, com acompanhamento, o paciente pode voltar a trabalhar normalmente. Não existe razão para rejeitá-lo."

Eli Alves da Silva, presidente da Comissão de Direito Trabalhista da OAB-SP, concorda. "Essas pessoas estão sendo discriminadas pelo próprio Estado, que é quem deveria combater esse tipo de coisa."

Para o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), o governo deve "propor acompanhamento a todos os casos de professores com problemas de saúde e não alijá-los do trabalho". A entidade ressalta que seu departamento jurídico tem ingressado com ações na Justiça para garantir aos professores nessa situação o direito de lecionar.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: <i>Você Joinville</i>	Data: 23/02/2011
Assunto: Joinville tem o melhor projeto		Página: 9

EQUIPE DA UFSC

Joinville tem o melhor projeto

Catamarã Babitonga, um barco movido a energia solar, ganhou destaque

A equipe Babitonga voltou de Florianópolis comemorando o resultado na primeira participação no Desafio Solar Brasil. Os acadêmicos do centro de engenharia de mobilidade da UFSC, campus de Joinville, conquistaram o prêmio de melhor projeto entre os dez barcos solares que participaram da etapa inaugural da competição, realizada no Lagoa Iate Clube (LIC), na Capital.

Na classificação geral, que é a soma dos resultados das oito provas disputadas durante uma semana, o catamarã joinvilense, um barco de dois cascos, terminou em quarto lugar.

Segundo Priscila Cunha, uma das alunas envolvidas no projeto, o resultado final poderia ter sido melhor, não fosse uma punição sofrida pela equipe. “Perdemos 1h10 porque uma das juízas disse que não cumprimos o percurso previsto. Não conseguimos provar o contrário, até porque não conseguimos baixar o programa de GPS no nosso barco”, afirmou a estudante, emendando que se o grupo não fosse punido poderia ter terminado em segundo lugar.

Mas, para ela, o mais importante foi o aprendizado. “Não existe rivalidade entre as equipes, todo mundo se ajuda, dá dicas. O que valia mesmo era levar o projeto adiante”, afirma. O barco da equipe estará exposto no Shopping Mueller de 12 a 20 de março. Os alunos agora buscam patrocínio para disputar a próxima etapa, que será no Rio de Janeiro, em junho ou julho.

Prova de que precisam de patrocínio foi a busca de apoio para competir em Florianópolis. Os painéis solares e os cascos foram fornecidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que promoveu o evento. Para conseguir o resto dos equipamentos, os alunos tiveram de correr atrás e criaram uma espécie de ação entre amigos para conseguir dinheiro. Ainda contaram com a doação de peças e ferramentas de parceiros.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 23/2/10
Assunto: Diversos		Página: 8

Que problemão!

Dois meses depois, o governador Raimundo Colombo poderá contar, a partir do dia 1º de março, com os secretários titulares da Educação, Marco Tebaldi (PSDB); do Crescimento Econômico Sustentável, Paulo Bornhausen (DEM); e da Agricultura, João Rodrigues (DEM). Os três irão deixar de lado a celeuma criada pelo Judiciário, que mandou a mesa da Câmara dos Deputados dar posse ao suplente do partido e não da coligação. Apesar disso, cada um dos deputados acertou com os suplentes Valdir Colatto (PMDB), Carmen Zanotto (PPS) e Gean Loureiro (PMDB) a entrega das chaves dos gabinetes, situação que mudou várias vezes nas últimas semanas.

Encaminhar o futuro ocupante da cadeira seria uma decisão normal se não existisse a disputa judicial que espalhou liminares favoráveis aos suplentes dos partidos que pretendem furar a fila. Os catarinenses Gervásio Silva (PSDB) e Romanna Remor (DEM) estão entre os que impetraram mandados de segurança para tanto.

Ocorre que Romanna, vereadora em Criciúma, avisou que só assume depois do julgamento do mérito da ação pelo Supremo. Ela teria que renunciar ao atual mandato para ocupar uma cadeira na Câmara, situação idêntica a de Gean.

Diante do dilema, Colombo não conta com três de seus secretários. Desse jeito, a ameaça de bomba, na sede da Secretaria Estadual de Educação, no Centro da Capital, ontem, foi informada em local errado. O artefato está na Câmara em Brasília e a equipe que pode desarmá-la fica depois da avenida ao lado, no Supremo Tribunal Federal.

ISENÇÃO PARA A PISCICULTURA

Em conversa com a ministra Ideli Salvatti (Pesca e Aquicultura), o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que preside a Comissão de Pesca da Assembleia, sugeriu que seja feita a isenção de impostos sobre a produção de ração para a piscicultura e a isonomia fiscal nos mesmos moldes do que hoje ocorre com os frigoríficos de carne bovina. A isenção, segundo Padre Pedro, atinge o PIS-Cofins em operações no mercado interno.

Como a ração para piscicultura tem impacto em 70% dos custos de produção, as medidas garantiriam a permanência das famílias na atividade e aumentariam a competitividade dos produtos. A redução no preço final ao consumidor chegaria a 8%. A renúncia fiscal seria de R\$ 100 milhões por ano.



A Procuradoria Geral do Estado e a Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) buscam uma solução para litígios judiciais que envolvem o governo catarinense e as prefeituras. Ao participar, ontem, da reunião do Conselho Executivo da Fecam, o procurador Nelson Serpa (à direita) se comprometeu a apresentar, em 30 dias, a situação de cada município para “resolver o passado”. Não houve a divulgação de valores. O presidente da federação, o prefeito de Capão Alto, Antônio Coelho Lopes Júnior (à esquerda), também colocou em debate a pauta da Marcha a Brasília, marcada para 10 de maio.

Na batalha

Presidente da Comissão de Finanças, o deputado Gilmar Knaesel quer uma solução definitiva para o orçamento regionalizado. Para o parlamentar, ou o governo entende a importância dos pleitos apresentados ou o Legislativo põem um ponto final na proposta, que não apresenta resultados para quem participa do processo.

O deputado Marcos Vieira lembra que existe uma emenda do PP, em tramitação na casa, que torna impositiva a aplicação de recursos nos projetos apresentados. Pondera que isso engessaria o orçamento e que o ideal seria estabelecer percentuais ou valores fixos, baseados no IDH de cada região, para se destinar parte do bolo orçamentário. Mas adverte que não adianta vir com proposições faraônicas de R\$ 50 milhões para determinadas obras, algo fora da realidade do Executivo.

Disposto

Confirmado ontem para a regional da Grande Florianópolis, o deputado Renato Hinnig (PMDB) já havia feito vários contatos sobre assuntos que considera prioritários. Um deles é o das obras de ampliação do Aeroporto Hercílio Luz. Ontem, se encontrou com o reitor da UFSC, Alvaro Prata, para falar sobre a cessão de uma área que foi doada à instituição na chamada Fazendinha da Ressacada.

A outra ação é permutar o centro de treinamento da Celesc pela sede da Secretaria Estadual de Turismo, no Bairro Itacorubi. Será necessária retificação judicial, pois o centro está penhorado em uma ação trabalhista.

Regionais

Colombo divulgou mais sete nomes das regionais ontem. Mas o trabalho do secretário Antônio Ceron (DEM) é incessante para chegar à partilha consensual entre os aliados.



Ontem, mesmo ao brincar que a pressa é da imprensa, enquanto saía de um almoço com a bancada do DEM na Assembleia, Ceron já havia disparado ligações para o líder do PSDB, Dado Cherem. Hoje, almoço com a bancada do PMDB. Uma nova reunião sobre as 12 regionais indefinidas deve sair amanhã.

Fechado

O acordo para que o DEM cedesse a regional de Blumenau a César Botelho (PMDB) saiu, ontem, no início da tarde, no gabinete do prefeito João Paulo Kleinübing, com a presença de Raimundo Colombo.

Botelho, presidente do partido no município, é genro de Renato Vianna. O PMDB será parceiro no projeto político do DEM à prefeitura e as duas siglas trabalharão para atrair o PSDB, que tem pré-candidato à sucessão de Kleinübing, o vereador Napoleão Bernardes.

Não gostou

A bancada do PSDB na Assembleia Legislativa, que se declara mais unida do que nunca, não recebeu nada bem as afirmações do prefeito Osni de Fragas, o Lorinho, de Ituporanga, para quem “faltou peito” por parte dos parlamentares tucanos na hora de defenderem que a regional local ficasse com o partido. O passado recente veio à tona.

A indignação se justifica porque Lorinho apoiou, em 2010, Angela Amin (PP) ao governo, além de ter feito campanha para Hugo Biehl (PP) e Cláudio Vignatti (PT) ao Senado.

E a posse

O hall da Assembleia foi o cenário do encontro entre o suplente Ciro Roza (DEM), o secretário Antônio Ceron e o deputado Altair Guidi (PPS). Ciro, que foi conversar com o presidente Gelson Merísio, aguarda o sinal verde para retornar ao plenário, o que poderia surgir de uma troca de ordem de posse com o também suplente Edison Andrino (PMDB).

Guidi conversava sobre vários assuntos, entre eles a regional de Maravilha, única que interessa ao PPS, segundo ele.

ADENDO



- A votação do salário mínimo nacional no Senado será o primeiro grande teste de como se comportarão os senadores Casildo Maldaner e Luiz Henrique, ambos do PMDB, em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff.

- O PT emplacou todas no reajuste do mínimo regional: Dirceu Dresch é o relator do projeto, e Neodi Saretta (PT), o relator na Finanças.

- Para o PSDB, o afunilamento das pastas no Oeste e Meio-Oeste foi provocado pelo excesso de regionais dadas ao PMDB no Alto Vale do Itajaí.

“Temos que legislar com responsabilidade.”

GILMAR KNAESEL, deputado estadual (PSDB), sobre o posicionamento tomado pelos parlamentares da sigla de não apresentar projetos inconstitucionais, que criam expectativa e frustram a sociedade.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 23/02/11
Assunto: Diversos		Página: 18

REFORMA POLÍTICA

Instalada ontem com toda pompa a Comissão da Reforma Política do Senado, Luiz Henrique da Silveira, como único representante de Santa Catarina, já se prepara para sustentar a tese de que é fundamental concentrar nos pontos consensuais, sob pena de a iniciativa mais uma vez malograr. A ideia é de que os dois mil projetos que tramitam no Congresso possam ser traduzidos em uma proposta única, focando na fidelidade partidária, financiamento público de campanha e propaganda eleitoral ao vivo, tanto na rádio quanto na televisão, sem maquiagens ou edições, que escondem os verdadeiros candidatos. LHS está convencido de que o fim das mirabolantes produções serviriam também para reduzir substancialmente os gastos de campanha.

Freio de arrumação

A ex-secretária Carmen Zanotto confirma que foi sondada pelo DEM para assinar ficha, mas ainda não decidiu se vai se desfiliar do PPS, presidido pelo ex-deputado federal Fernando Coruja em SC. Segunda suplente da coligação vitoriosa em SC, Carmen Zanotto teme que a troca possa ser interpretada pelo STF ou TSE como uma manobra, diante da indefinição sobre a substituição dos parlamentares que vão assumir secretarias no governo Raimundo Colombo.

SUSPENSE

No momento em que o PMDB anda meio ressabiado com o DEM, o vice Eduardo Moreira recebe a visita do primeiro suplente de senador César Souza. Os peemedebistas temem que os liberais possam comprometer o eixo eleitoral do Estado, colocando ponto final na tríplice aliança.

“Não aceito que digam que nós somos uma herança da antiga política da UDN, PTB. Nós surgimos a partir da luta social e sindical.” A declaração partiu do presidente estadual do PT, José Fritsch, durante encontro partidário, quando o futuro da sigla entrou em discussão. Fritsch discorda de que o PT tem poucas perspectivas de chegar ao poder em Santa Catarina porque o eleitorado é conservador. “Se fosse assim, não teríamos administrado cidades como Blumenau, Chapecó, Itajaí e Criciúma, sem falar que hoje estamos à frente da Prefeitura de Joinville”, observou. Até o fim da semana, sai o planejamento estratégico do partido, já de olho no pleito de 2012.

Divergência



O suplente de deputado federal Valdir Colatto faz restrições à participação do PMDB no governo de Chapecó. Ele não podia marcar presença na reunião de ontem à noite do partido, que praticamente sacramentaria a coalizão em torno do prefeito José Cláudio Caramori (DEM). O peemedebista defende que o partido faça uma convenção. “Não podemos trocar um projeto de poder por três secretarias e alguns cargos na prefeitura”, ponderou. Ele está em Brasília, onde acompanha as articulações políticas e aguarda definição quanto à posse na Câmara.

Comitiva de prefeitos encontra-se hoje, em Brasília, com o senador LHS. Vai bater na tecla da reforma política, propondo, entre outras medidas, a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos e vereadores. Em 2014, eleições gerais de vereador a presidente, com mandato de seis anos para todos os cargos eletivos, inclusive senador, sem direito à reeleição para as posições no Executivo. A caravana dos prefeitos é liderada pelo presidente da Fecam, Antonio Coelho Lopes Junior, além dos prefeitos Ronério Heiderscheidt (Palhoça) e Edson Piriquito (Balneário Camboriú).

PILOTAGEM

Na condição de mais velho entre os presentes, Onofre Agostini presidiu a sessão da Câmara na sexta, depois de tê-la secretariado. “Naquele dia, eu bati o escanteio e corri para fazer o gol.”

Confronto

A Comissão Eleitoral do MP-SC homologou ontem as duas candidaturas inscritas para disputar o cargo de procurador-geral para o biênio 2011-2013. A votação será realizada no próximo dia, com dois promotores na briga: Cristiane Böell e Lio Marcos Marin, titulares das Comarcas de Florianópolis e Lages, respectivamente. Curiosamente, nenhum procurador habilitou-se. O resultado é imprevisível, pelo equilíbrio das duas correntes. Cristiane conta com o apoio do atual procurador-geral Gercino Gomes Neto. A nomeação caberá ao governador.

Volta

A discrição de Lula tem data marcada para chegar ao fim. A carência do ex-presidente em relação à sucessora, Dilma Rousseff, se esgota com o Carnaval. A partir da segunda quinzena de março, Lula começa a esquentar as turbinas, com viagens pelo País. Ideli Salvatti e Eurides Mescoloto, seus melhores amigos em Santa Catarina, serão contatados para preparar uma agenda política no Estado.

Sem força

Antônio Ceron (Casa Civil) está convocando para amanhã nova reunião com PMDB, PSDB e DEM. Na pauta, o impasse no preenchimento das SDRs de Caçador, Laguna, Xanxerê, Ibirama e Seara. A incógnita é se o encontro vai ter quórum. É que na semana passada, depois de se reunir com João Matos, João Paulo Kleinübing, Dado Cherem e Dalírio Beber, o secretário revelou-se sem condições de bater o martelo, obrigando o quarteto a bater à porta de Raimundo Colombo.